



umanitas

74

**IMAGINÁRIO INSTITUÍDO, IMAGINÁRIO INSTITUINTE E IDENTIDADE:
ASPETOS DA TRANSIÇÃO CULTURAL NA *ENEIDA* DE VIRGÍLIO***

**INSTITUTED IMAGINARY, INSTITUING IMAGINARY AND IDENTITY:
ASPECTS OF THE CULTURAL TRANSITION IN VIRGIL'S *AENEID***

CLÁUDIA TEIXEIRA

caat@uevora.pt

Universidade de Évora

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

<https://orcid.org/0000-0002-1282-2568>

Artigo recebido a 29-10-2018 e aprovado a 29-01-2019

Resumo

Partindo do pressuposto de que a *Eneida* é uma obra que evoca um momento histórico no qual ocorreu um processo de transição cultural, este artigo analisa a forma como Virgílio define os imaginários instituído e instituinte da sociedade romana nos livros VI e VIII e o modo como o poeta integra o imaginário da nova ordem político-cultural no plano do processo histórico.

Assim, analisa-se a cosmovisão que Virgílio cria no livro VI da *Eneida* entre os imaginários instituído e instituinte, argumentando-se que a organização da matéria histórica forma um universo valorativamente ininterrupto e uma visão unificada da História, uma vez que o projeto augustano, longe de se alavancar em uma resposta crítica ao simbolismo institucional, surge como recriação do edifício simbólico anterior.

* Artigo escrito no âmbito do projeto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017)

A análise das guerras itálicas (livro VIII) dá continuidade à expressão do imaginário da *Pax Romana* e oferece novos elementos para a conceptualização do Outro na *Eneida*. A missão que Anquises atribui ao império (6. 851-853) ganha uma amplificação qualitativa, com a integração etrusca na coligação: os contornos dessa integração, que implicam o reconhecimento de que nos povos nativos se encontram aspirações à justiça, redefine o conceito de Outro, dotando consequentemente o papel de Eneias nas guerras de um valor axiológico.

Por fim, discute-se se a morte de Turno oblitera a construção do imaginário da *Pax* desenhado nos livros VI e VIII, argumentando-se que a decisão de Eneias, mais do que pôr em causa essa construção, expressa as tensões que tipicamente ocorrem em momentos de fronteira, marcados pela oscilação entre o compromisso com o passado histórico da sociedade instituída e a adesão ao projeto da uma sociedade que se pretende instituir.

Palavras-chave: *Eneida*; imaginário; identidade romana; transição cultural; *Pax Romana*.

Abstract

Starting from the assumption that the *Aeneid* is a work that evokes a historical moment in which a process of cultural transition took place, this article analyzes the way Virgil defines the instituted and instituting imaginaries of Roman society (in books VI and VIII), in order to understand how the poet defines the imaginary of the new political and cultural order in the historical process.

Thus, we analyze the worldview of these imaginaries in book VI, arguing that the organization of the historical matter forms an uninterrupted universe and conveys a unified view of History, in which the Augustan project, far from being leveraged in a critical response to institutional symbolism, appears as a re-creation of the previous symbolic edifice.

The analysis of the Italic wars (Book VIII) gives continuity to the expression of the imaginary of the *Pax Romana* and offers new elements for the conceptualization of the Other in the *Aeneid*. The mission given to the Empire (6. 851-853) by Anchises obtains a qualitative amplification with the Etruscan integration in the coalition since this integration implies the recognition that the native peoples also have aspirations to justice, redefining the concept of Other and endowing the role of Aeneas in these wars with an axiological value.

Finally, it is discussed whether Turnus' death obliterates the construction of the imaginary of the *Pax* defined in books VI and VIII, arguing that Aeneas' decision, rather than questioning this construction, expresses the tensions that typically occur in moments of frontier, marked by the oscillation between the commitment to the historical past of the established society and the adhesion to the project of a society that is intended to be instituted.

Keywords: *Aeneid*; imaginary; Roman identity; cultural transition; *Pax Romana*.

A questão da identidade cultural romana, perspetivada como um sistema de representações culturais partilhadas pelos indivíduos de uma mesma comunidade, tem sido alvo de um acentuado escrutínio nas últimas décadas. Estudos como *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire* de R. Hingley, *Romulus Asylum* de Emma Dench e *Rome's Cultural Revolution* de A. Wallace-Hadrill, entre outros, problematizaram o conceito, acentuando a sua complexidade e os múltiplos contributos que dinamicamente influenciaram a construção da identidade cultural romana ao largo dos séculos.

Independentemente das especificidades destas perspetivas, a ideia de que o conceito de identidade passa por um profundo processo de renegociação no período de transição da República para o Império é, neste momento, um pressuposto comumente reconhecido. A nova realidade política viu-se confrontada com a necessidade de integrar na Romanidade um conjunto significativo de povos que, fruto da expansão territorial operada desde os tempos da República, tinham passado a fazer parte do império. Deste modo, a criação de uma identidade que ultrapassasse a visão do império como a soma entre Roma, a Península itálica e uma vasta coleção de Províncias levou não só a uma transformação e determinante expansão do conceito de cidadania¹, mas também à redefinição de traços essenciais da *Romanitas*, que passa a articular *core elements* como a língua, os modos de vida e também a cultura material. Neste sentido, a criação da cultura imperial no tempo de Augusto, que culminou na imagem do novo sistema político, extensível, nas suas múltiplas relações, a uma multiplicidade de povos, é entendida pela crítica recente como um processo dinâmico e complexo que, pautado pela interseção de várias práticas e sem deixar de reconhecer a diversidade, estruturou as perceções e comportamentos, facilitou a comunicação e as interações, e reforçou a mensagem de unidade imperial².

Embora a crítica tenha privilegiado o estudo dos elementos da cultura material, transmitida por meio dos mais diversos suportes, que foram intensa e dinamicamente usados para favorecer a difusão da unidade imperial, a literatura não teria deixado, na verdade, de desempenhar um papel central na ativação dessa relação, não só porque a ficção literária se constitui como um repositório do sistema de representações culturais que, a cada época, as comunidades e os indivíduos projetam sobre si próprios,

¹ Hingley 2005: 57: «The mechanisms to create new citizens served to integrate native peoples into the imperial system and citizenship became increasingly widespread».

² Vide Hingley 2005: 72.

mas também porque os textos dão naturalmente consistência à expressão de conceitos que, como a identidade (entendida como o sentimento de pertença a uma comunidade partilhado pelos indivíduos que a integram) não têm existência objetiva.

Neste quadro, a *Eneida* de Virgílio ocupa uma posição axial, na medida em que nela se articula um imaginário de inegável aspiração programática, no qual o quadro político da *Pax Romana* se vê consagrado como uma nova etapa qualitativa na continuidade histórica. Contudo, o facto de este imaginário coexistir com elementos³, entre os quais avultam as consequências do episódio de Dido e o próprio desfecho da obra, que comprometem o entendimento da obra à luz de um reconhecimento categoricamente favorável à políticas imperiais, problematizou o entendimento global da épica virgiliana, que se viu segmentado, genericamente, em três tipos de interpretação⁴: em primeiro lugar, interpretações que entendem a *Eneida* como obra que, enformada por uma visão utópica e teleológica, se constitui como uma afirmação histórica, cultural e ideológica dos valores promovidos pelo novo quadro histórico-político, apoiado nos princípios morais e políticos da sociedade romana; neste sentido, as contradições e inconsistências da obra, que autorizam leituras *ex inverso*, tendem a ser vistas como evocações do tipo de dificuldades que se põem à criação e ao desenvolvimento de um projeto que visa construir uma nova Ordem; em segundo lugar, interpretações que avaliam estas contradições e inconsistências à luz de um propósito de mitigação, quando não de suspeita, relativamente à probidade do discurso imperial, no qual Roma se assume como uma força civilizadora que usou a guerra para criar um mundo global unido e homogêneo; por último, interpretações de compromisso, que recentemente têm ganhado alguma amplitude⁵, tendem a ver a *Eneida* como uma obra que, como observado por Troll,

«(...) proposes to its readers that this program, however straightforward and unimpeachable it seems, is fraught with difficulties and traps. Far from delineating a heritage in which the readers can simply take pride and invest confidence, the *Aeneid* puts its bland Roman conventionalities into a context

³ Vide Medeiros 1992: 7-22.

⁴ Referimo-nos às interpretações comumente integradas nas denominadas Escola Otimista ou Escola Europeia e Escola Pessimista ou Escola de Harvard. Vide Schmidt 2001: 145-171.

⁵ Vide Schmidt 2001: 163-168.

that makes them far from bland, calling rather for intense, vigilant cross-examination. Just as the poem requires that its reader entertain more than one judgment about all its major characters, so it also doubles perspectives on its program of values, balancing esteem against admonition»⁶.

Contudo, o poliedrismo da narrativa virgiliana ajusta-se, na nossa opinião, à circunstância de que a *Eneida*, mais do que uma obra comprometida, neutra ou ambivalente – seja esta ambivalência expressão de uma crítica, de ceticismo ou de uma atitude vigilante em relação à marcha da História –, é, antes de mais, reflexo do estado de cultura no qual foi produzida, isto é, de um momento de transição cultural; e que, como sucede com a generalidade dos textos criados em momentos de transição, as contradições e incertezas da sua mensagem, relativamente ao período historicamente inaugural que pretende representar, refletem as tensões que tipicamente ocorrem em momentos de fronteira, marcados pela oscilação entre o compromisso com o passado histórico da sociedade instituída e a adesão ao projeto da uma sociedade que se pretende instituir⁷. Ancorada nesta perspectiva, a análise da *Eneida* permite compreender a forma como Virgílio define e situa o imaginário da nova ordem político-cultural no plano do processo histórico, em cuja ativação o conceito de identidade romana desempenhou um papel central.

Durante a catábase, após explicar a teoria da transmigração das almas, Anquises passa a explicar a Eneias as consequências últimas da sua missão. Para tal, começa a descrever um catálogo de personagens ilustres, associadas a episódios estruturantes da História romana. A visão de Anquises condensa a cosmovisão que Virgílio cria na *Eneida* entre os imaginários instituído e instituinte, com base em três planos temporais: um plano, relativo ao passado historicamente realizado, expresso por um catálogo de personagens mitológicas e históricas, no qual sobressaem os *topoi* da fundação de cidades e das guerras; um plano, centrado no presente, marcado pela presença de Augusto no catálogo; um terceiro plano,

⁶ Troll 1997: 52.

⁷ Os conceitos de imaginários instituinte e instituído, formulados por Castoriadis em 1975, são usados neste texto de forma simplificada, mas deles importa genericamente reter que as sociedades, formadas pelo conjunto das suas instituições, produzem imaginários que explicam a sua criação e continuidade; todavia, essas significações são permeáveis à emergência de imaginários instituintes, que criam ou recriam novas ordens institucionais, dando origem à instituição de novos projetos histórico-sociais. Vide também Castoriadis 2015.

centrado no plano presente-futuro, no qual se anunciam os princípios de orientação da Romanidade: *‘Tu regere imperio populos, Romane, memento / (hae tibi erunt artes), pacique imponere morem, / parcere subiectis et debellare superbos’*⁸.

Embora a construção dos imaginários instituintes pressuponham mormente a rutura com a sociedade previamente instituída, a assertividade instituinte na *Eneida*, contrariamente ao que seria expectável em uma obra de fronteira, longe de se alavancar em uma resposta crítica ao simbolismo institucional, assenta, em grande parte, em uma base tradicional. Prova disso é o facto de que a primeira peça que Virgílio coloca no edifício simbólico instituinte é, na verdade, o imaginário instituído do processo histórico. O *mythos* do passado histórico, isto é, o conjunto de agentes, cujas ações contribuíram para o engrandecimento de Roma, estruturam o passado como repositório de dois tipos de ação: a fundação de cidades (cinco reis, Sílvio, Cápis, Numitor, Sílvio Eneias e Rómulo fundaram nove cidades) e a guerra. De um ponto de vista qualitativo, a descrição do imaginário instituído romano é assumido como parte integrante e incontroversa da narrativa histórica romana, circunstância que explicita a ideia de que a construção da nova ordem não implica um exercício fundacional, executado ao arrepio ou em oposição aos valores do passado. Pelo contrário, a nova ordem ancora-se nesse passado, no qual a Romanidade já se havia construído como *ordem* e como projeto civilizacional e teleológico.

De igual forma, também a forma como Virgílio apresenta o tempo presente, simbolicamente representado por Augusto, está longe de constituir uma leitura profundamente criativa do mundo, como seria de esperar em uma obra programática. Com efeito, se a fundação de cidades e o heroísmo bélico são apresentados por Virgílio como o motor da História, o segundo eixo temporal continua paradoxalmente a pôr a tónica no instituído. Ao associar Rómulo, o fundador de Roma, a Augusto, definido como *recriador* da Idade do Ouro, Virgílio desloca, apenas e tão-só, o mito pelo sistema, definindo o presente como um tempo no qual as significações simbólicas e identitárias tradicionais permanecem relevantes.

O plano do futuro poderia criar uma descontinuidade no imaginário virgiliano e, neste sentido, criar a primeira fissura no imaginário instituído.

⁸ *En.* 6. 851-853: «'A ti, Romano, lembra-te, compete reger os povos sob o teu império (estas serão as tuas artes), impor as regras da paz, poupar os submetidos e debelar os arrogantes'» (as traduções da *Eneida* são da responsabilidade da autora do artigo).

Na verdade, enunciar a missão de Roma como ... *regere imperio populos, pacique imponere morem, parcere subiectis et debellare superbos* (6.851-853) implica a criação de um *superavit* ideológico, na medida em que estes versos evocam o programa da *Pax*, cuja consecução e abertura a povos culturalmente muito distintos implicou profundas mudanças políticas e identitárias, entre as quais a erosão do poder das elites republicanas, as alterações no conceito de cidadania e a centralização de poderes. Virgílio não alude a estas matérias, e mesmo admitindo que elas ecoariam do plano de fundo das normas, a forma como organiza a matéria do catálogo dá prevalência à ideia de continuidade. Neste sentido, ao contrário do que normalmente acontece com a emergência dos imaginários instituintes, em que o primeiro elemento que lhes dá o caráter de criação nova é o choque com o imaginário previamente constituído e instituído, o universo augustano é apresentado como uma espécie de corolário natural para a grande alegoria da História romana, que é vista como um universo valorativamente ininterrupto e no qual todos os elementos se alimentam reciprocamente para formar uma visão unificada.

Tal não significa, contudo, que a disrupção tenha sido obliterada da narrativa histórica, mas até neste particular o papel da violência é esclarecedor relativamente à forma como a nova ordem é equacionada. Que a violência desempenhou um papel decisivo ao longo da História romana é facto incontestado. Todavia, na narrativa de Anquises, as referências à violência não só se concentram no primeiro eixo temporal, perdendo sucessivamente força à medida que a descrição evolui para o presente, como a ameaça que subentendem, porquanto sempre debelada, acaba por ser perspetivada como um elemento que, em última análise, potenciou ainda mais a unificação e a consolidação do corpo identitário.

Mas, mais importante, a disrupção interna é claramente atenuada no catálogo. Além da omissão da guerra civil entre Octávio e Marco António, a alusão, em 6.832-835, à guerra civil entre César e Pompeio, ocorrida em 49-45 a.C. e que estaria ainda bem presente na memória de grande parte dos leitores da *Eneida*, suscita-lhe, na verdade, um comentário condenatório⁹. Todavia, não deixa de ser significativo que este acontecimento tenha sido

⁹ *En.* 6.832-835: *Ne, pueri, ne tanta animis adsuescite bella / neu patriae ualidas in uiscera uertite uiris; / tuque prior, tu parce, genus qui ducis Olympo, / proice tela manu, sanguis meus!* («Não, filhos, não habitueis os vossos corações a tantas guerras, nem volteis as vossas forças atuantes contra as entranhas da pátria. E tu, primeiro que todos, tu perdoa, tu que descendes do Olimpo, solta da mão as armas, sangue do meu sangue»).

convenientemente deslocado do seu contexto histórico e integrado em um plano temporal situado entre as *res gestae* de Marco Fúrio Camilo (446 – 365 a.C.) e Lúcio Múmio Acaico (século II a.C.).

Neste sentido, embora as sociedades não constituam «(...) its symbolism (...) with total freedom»¹⁰, uma vez que ele se encontra «(...) bound up with nature, and it is bound up with history (with what is already there)»¹¹, contudo, a leitura que Virgílio faz no livro VI da *Eneida* relativamente ao projeto augustano apresenta-se como eminentemente reativa e conservadora¹²: em primeiro lugar, porque consubstancia um imaginário que, ancorado no passado cristalizado e no rastreamento genealógico profundamente tradicionalista, se define não como a criação de um novo paradigma, mas como recriação do edifício simbólico anterior; e, em segundo lugar, porque a emergência desse imaginário, apresentado em uma continuidade natural e não-disruptiva na sequência temporal do processo histórico, omite não só o acontecimento mais fraturante da História recente, a batalha do Áccio, mas também o facto de que foi precisamente este acontecimento que permitiu a sua emergência.

A cosmovisão que Virgílio expressa no catálogo agiliza igualmente elementos-chave da identidade romana. Na verdade, se o conceito de *Romanitas* equivale a ordem e civilização, «ser romano» implica compartilhar a realidade historicamente construída, um conjunto de princípios e modelos de atuação, aos quais a ancestralidade comum e os valores dos *mos maiorum*

¹⁰ Castoriadis 1987: 125.

¹¹ Castoriadis 1987: 125.

¹² De um ponto de vista histórico, também o caráter simultaneamente inovador e reativo do projeto augustano é salientado por Wallace-Hadrill 2008: 453-454, ao observar que «The new order was at once profoundly conservative and revolutionary. In preserving the structures of the city-state of the republic, it gave them new meaning. Augustus' traditionalism, in reaffirming the *mores maiorum*, in morality, religion, social structures and social practices, was not a veil for an alternative reality. (...) Augustus, in achieving a sort of consensus one which allowed continuing expansion of the citizen body, and continuing penetration of the elite from the margins, was able to establish a sort of consensus about what Romans were like, how they behaved, what their cities were like, what customs and rituals they followed. To the extent that there was a consensus, and a recognisable package of Roman culture could be endorsed, to that extent 'Romanisation' could spread to the provinces. Precisely because that spread involved more recruitment to the citizen body, and negotiation with new groups with their own cultural background, there was room for fluidity and change, and for a vast range of local difference within what even so could be recognized as 'Roman' from Hadrian's wall to Palmyra».

forneceram autoridade e coesão. A definição da identidade beneficia ainda do tratamento que Virgílio confere ao Outro. Se a primeira imagem que Anquises nos oferece da Romanidade reflete, pelo menos aparentemente, um caráter totalizante, a verdade é que para essa imagem contribuíram tanto os factos, heróis e valores que ajudaram a construir a História como a consciência de que entre a Romanidade e o Outro existe uma fronteira bem definida, subentendida da aniquilação da diferença, implícita na derrota, e por vezes na destruição, de povos como os Cartagineses, os Gauleses e os Gregos. No entanto, a narrativa de Anquises apresenta um elemento, que, embora possa ser visto como uma alegoria da unidade itálica conseguida quer na narrativa quer na História Romana, oferece novos argumentos quer à definição da identidade romana quer à conceptualização do Outro na *Eneida* de Virgílio. Falamos da escolha de Sílvio, *Italo commixtus sanguine* (6.762), filho de Eneias e Lavínia (6.764-5), para primeiro rei da linhagem descrita no catálogo. O passo é problemático, sobretudo tendo em conta que contradiz explicitamente uma outra versão da lenda, que Virgílio usa no livro I, na qual *Iulus* era dado como o primeiro rei de Alba Longa. A crítica tem visto esta discrepância ou como uma inconsistência ou como um compromisso virgiliano com as duas versões da lenda:

«We know from numerous analogies what the scholarly poets of Rome did, following the example of their Hellenistic predecessors, when faced with such variations in a legend: instead of choosing one version or another they preferred to use each (or several) at different places in their own works. (...) And Virgil, too, in the *Aeneid*, allows himself the same liberty, or rather tries to give the same appearance of erudition. (...) Virgil's makes de Alban kings belong partly to the Trojan and partly to the Italian ancestry of Aeneas, just as he gives Aeneas one Trojan son (Ascanius) and one Italian (Silvius)»¹³.

Contudo, a opção de pôr na raiz do processo histórico um rei que é resultado de um casamento entre Eneias e uma princesa nativa, além de favorecer a legitimação dinástica de César, lembra que a identidade romana nasce conceptualmente de uma experiência que traduz integração e incorporação¹⁴ e que, conseqüentemente, não assume uma natureza etnocêntrica, mas política. A natureza política da identidade romana e dos elementos

¹³ Norden 1999: 138-139. Vide ainda O' Hara 2007; Rogerson 2017: esp. 31 e segs.

¹⁴ Dench 2005: 366: «Questions of perception and self-perception in the Roman imperial world are frequently somewhat different from those raised in relation to other societies

que formam o seu sistema de referência vão precisamente ocupar o centro narrativo do livro VIII, dominado pela política de alianças que Eneias estabelece com os povos autóctones do Lácio – uma política que reflete o imaginário da *Pax*, porquanto, por meio dela, se agilizam e justificam os mecanismos pelos quais povos culturalmente muito distintos são trazidos de uma periferia longínqua para o centro do conceito de *Romanitas*.

Na segunda parte da *Eneida*, Eneias tem de enfrentar os *horrida bella* anunciados por Anquises e legitimados pela profecia de Júpiter (1. 226-297). Em ajuste à teleologia implicada na noção de que as guerras itálicas seriam o primeiro passo para a criação do maior e mais civilizado império alguma vez criado, as hostilidades no Lácio beneficiam uma causa de guerra materialmente justa. As condições formais para a guerra justa são também adquiridas rapidamente, quando os termos estabelecidos entre os troianos e o rei Latino são frustrados, facto que leva ao primeiro combate entre alóctones e nativos. A partir deste momento, Eneias tem uma causa de guerra material e formalmente justa, mas a verdade é que isso não faz com que a guerra deixe de ser vista como uma forma de gestão da realidade, entendida como escassez, isto é, motivada pela necessidade de conquistar terra para assentar os troianos. Virgílio vai, portanto, redefinir esta causa de guerra, que deixará de ser vista como um mero «(...) violent clash of two or more national groups which have been unable to reach a satisfactory agreement by peaceful means»¹⁵. O início de uma nova fase na gestão da guerra ocorre na sequência da *task force* formada pelos povos itálicos que obriga Eneias a dirigir-se ao reino de Evandro, com o propósito de pedir uma aliança.

O compromisso que se firma entre Evandro, um rei descendente de gregos, e Eneias, articula elementos complexos: em primeiro lugar, a aliança regista uma espécie de anulação do antagonismo dos troianos em relação à Grécia, elemento que evoca elementos culturais fortes como a helenização e a origem mítica de Roma, «fundada na tradição grega»¹⁶; em segundo lugar, esta aliança firma a gestão da guerra no âmbito da *realpolitik*, uma vez que o acordo beneficia quer as ambições de Eneias, quer a manutenção dos interesses de Evandro na região, facto que evoca

in the ancient world, such as classical Athens, given the tendency towards incorporation and integration».

¹⁵ Alexander 1945: 261.

¹⁶ Rodrigues 2005: 100.

também uma das características do governo e da administração de Augusto, que Galinsky define como «(...) an ongoing experiment in pragmatism and the negotiation and renegotiation of precedents with regard to new needs and changing circumstances»¹⁷.

Todavia, mais importante para a redefinição da guerra, é o subsequente alargamento da política de coligação aos Etruscos, cujos motivos são enunciados por Virgílio (8.481-493) do seguinte modo:

*'Hanc multos florentem annos rex deinde superbo
imperio et saevis tenuit Mezentius armis.
Quid memorem infandas caedes, quid facta tyranni
effera? Di capiti ipsius generique reseruent !
Mortua quin etiam iungebat corpora uiuis
componens manibusque manus atque oribus ora,
tormenti genus, et sanie taboque fluentis
complexu in misero longa sic morte necabat.
At fessi tandem ciues infanda furentem
armati circumstant ipsumque domumque,
obtruncant socios, ignem ad fastigia iactant.
Ille inter caedem Rutulorum elapsus in agros
confugere et Turni defendier hospitis armis.*¹⁸

A aliança entre Eneias e os Etruscos pode ser vista na ótica da reafirmação do pragmatismo político, que ativa alianças para conciliar interesses e alienar resistências, bem como na ótica do reflexo dos esforços da política imperial para estabelecer alianças com povos oriundos de contextos culturais muito distintos. No entanto, a forma como Virgílio elabora o material tem implicações substanciais na modificação da causa da guerra. Na verdade, ao reconhecer que da parte etrusca existe uma causa de guerra que assenta

¹⁷ Galinsky 1998: 363.

¹⁸ *En.* 8.481-493: «'Esta [cidade] floresceu durante muitos anos, até que Mezcênio a submeteu ao seu império soberbo e às suas armas cruéis. Para quê recordar as abomináveis chacinas e as selvagens proezas deste tirano? Que os deuses as façam recair sobre a sua cabeça e a da sua descendência! Ele unia cadáveres a viventes, juntando mãos com mãos e bocas com bocas, tortura medonha, e fazia-os perecer assim, de uma morte lenta, escorrendo sangue e pus em um doloroso amplexo! Mas, um dia, os cidadãos, cansados das atrocidades deste louco, levantam-se em armas, cercam-no a ele e à sua casa, matam os cúmplices e lançam fogo ao palácio. Ele conseguiu escapar, no meio daquela mortandade, e refugiou-se nas terras dos rútulos, sob a proteção das armas de Turno, que lhe dá defesa e hospitalidade'».

necessidade de reposição da justiça e de reparação de injúrias, Virgílio traz para o centro da causa material da guerra itálica um fundamento ético. E isto é determinante não só para a conceção do plano da identidade como também para a definição do universo instituinte da *Eneida*.

No primeiro caso, o reconhecimento de que o império a criar tem a sua raiz em uma guerra de aliança, integrada por povos nos quais se encontra a mesma aspiração de ordem e de justiça, clarifica o conceito de *Outro*. Ao assumir que nos povos indígenas é possível encontrar a mesma preocupação com a ordem e com a justiça, dois elementos que estão na base da razão de ser do Império (*pacique imponere morem, parcere subiectis et debellare superbos*), Virgílio cria um ponto de encontro entre a Romanidade e a *diferença*, que permite entender as razões pelas quais esse império se configurou como espaço de «integração» desde a sua raiz – o que está de acordo com a escolha de Sílvio, no catálogo do livro VI, para primeiro rei da extensa linhagem de Eneias e permite compreender também a presença na batalha do Áccio dos povos itálicos (na verdade, historicamente excluídos da cidadania romana até ao final da primeira década do século I a.C.¹⁹) entre as forças humanas e divinas que seguem e favorecem a causa de Augusto²⁰.

Esta ideia, contudo, é imediatamente complementada pelo argumento de que só o mundo romano oferece a autoridade para receber essas aspirações e se estabelecer como espaço da sua concretização. O tratamento que Virgílio confere à questão da liderança da coligação, no livro VIII, explicita-o: uma vez que os Etruscos se encontravam impedidos de continuar a perseguição de Mezêncio, em virtude de um augúrio que determinava que essa empresa não poderia ser comandada por um chefe itálico, estes tinham pedido a Evandro para os liderar; mas a sua *tarda gelu saeclisque effeta senectus* (v. 508) impedira-o de aceitar, razão pela qual o rei incentiva Eneias a chefiá-los. Esta circunstância traz à narrativa as razões dessa liderança e, por extensão, da liderança de Roma, no contexto da *Pax Romana*. Apesar de ficcionalmente construída *ex machina*, a entronização de Eneias implica que o herói, tal como Roma no domínio

¹⁹ A cidadania aos povos itálicos foi sucessivamente concedida durante o século I a.C. Em 90 a.C., a *Lex Iulia de civitate Latinis danda* estende a cidadania aos povos que não se haviam rebelado contra Roma no decurso da guerra de 91 a.C. – 88 a.C.; em 89 a.C. a *Lex Plautia Papiria* e a *Lex Pompeia de Transpadanis* conferem o mesmo estatuto às restantes comunidades.

²⁰ *En. 8. 678-679: (...) Augustus agens Italos in proelia Caesar, cum patribus populoque, penatibus et magnis dis* («(...) César Augusto, conduzindo ao combate os itálicos, juntamente com os senadores e o povo, os Penates e os grandes deuses»).

histórico, é o único agente que, representando uma soberania forte, tem condições para unir os povos, ordenar o caos e garantir a coesão política e social necessária à criação e desenvolvimento de um espaço no qual o cumprimento das aspirações de ordem e justiça se podem concretizar.

Neste sentido, a transformação de Eneias, que deixa de ser apenas o líder troiano, destinado a conquistar uma terra para assentar o seu povo, para se tornar um líder universal, incumbido de dar corpo às aspirações de liberdade e de justiça de povos atormentados, tem efeitos sobre a imagem instituinte de Roma: Roma não é apenas um espaço civilizado, nem meramente um espaço que, no decurso do processo histórico, se tornou civilizador; pelo contrário, Roma é um espaço, cujo nascimento se definiu precisamente pela missão de civilizar. Neste sentido, a missão que Anquises atribui ao império (6.851-853) obtém aqui uma amplificação qualitativa, pois a incorporação etrusca demonstra que a essa missão subjaz não apenas uma principiologia teleológica, mas uma principiologia teleológica-axiológica. Esta circunstância tem implicações na definição dos planos instituído e instituinte: se o processo histórico, no primeiro plano, era definido pela soma entre fundações de cidades e guerras geridas por figuras ilustres, o novo estádio, isto é, o estádio da *Pax Romana*, define-se como um universo ininterrupto de criação ética.

Se estes motivos, a que se adiciona o contraste acional e ético entre as duas partes em conflito nos últimos livros do poema²¹, parecem suficientes para justificar a vitória troiana no livro XII, o problema do desfecho do poema não deixa, no entanto, de macular esta avaliação. Turno, nos últimos versos do poema, reconhece-se *uictus* e suplica a Eneias pela vida. Eneias hesita, mas depois de ver que o Rútulo usava como troféu o cinturão de Palante, mata o suplicante, em total dissonância com o princípio do *parcere subiectis*.

As razões desta decisão têm sido extensamente discutidas pela crítica e alimentado o debate entre os autores que veem a resolução de Eneias na sequência dos eventos anteriores e, portanto, perfeitamente justificada²², e os autores que veem o mesmo ato como «a spiritual failure in both the private and the public spheres»²³. As razões que sustentam estas posições aplicam-

²¹ Teixeira 2012: 33 observa: «Turno sucumbe estruturalmente ao *furor* e à *ira*, de resto, em estreita conformidade com as características promovidas pelas suas divindades protetoras (Juno e Alecto), ao passo que essas manifestações são meramente residuais em Eneias».

²² Galinsky 1988: 321-348; Cairns 1989: esp. caps. 1 e 3.

²³ Putnam 1995: 304. Vide também Putnam 1981: 139-155. Pelo contrário, Hardie 1986: 153-154 atribui o sentimento de perplexidade que resulta da morte de Turno ao

-se igualmente à questão de saber se, ou até que ponto, a morte de Turno compromete a mensagem instituinte da *Eneida*. A análise dos padrões de violência nos imaginários eneiádicos demonstram claramente que a violência é endógena ao sistema e que a *Pax* não exclui a guerra como forma de legitimação do domínio. Contudo, embora essa violência seja simultaneamente uma marca quer do imaginário instituído, que Virgílio constrói no livro VI, quer do imaginário instituinte, iniciado no livro VI e desenvolvido no VIII, contudo, a sua natureza é formulada de acordo com valências distintas. No tocante à história instituída, Anquises, como observa Horsfall,

«(...) takes particular relish in the details of that vengeance to be wrought by the new Troy on Greece. Mummius he characterizes as *caesis insignis Achivis* (837: «famous for the Greeks he has slaughtered.»). Then he describes the exploits of Aemilius Paullus (...). The details are deliberate and almost sadistic: Paullus will uproot not just Greece, but Argos, the Mycenae of Agamemnon; (...) Thus will he avenge his ancestors and the defiled temples of Trojan Minerva»²⁴.

Pelo contrário, no plano instituinte, essa violência sofre uma reformulação conceptual: a batalha do Áccio, que Virgílio traz à colação no livro VIII, encontra-se alusivamente enquadrada por um conjunto de narrativas civilizacionais que ideologicamente a caucionam²⁵; e a forma como, nesse mesmo livro, o poeta desenvolve a violência, aglutinando-a a uma causa ética, afasta-a de um plano vindicativo – plano esse que a ação de dar morte a Turno acaba, todavia, por restaurar no desfecho da obra. Neste sentido, o “primeiro ato de Eneias”, o ato fundador da História Romana, que usa a vingança para silenciar o inarticulável, que, neste caso concreto, se plasma na impossibilidade de diluir na norma (*parcere subiectis*) o impulso de punir a morte de Palante,

potencial alusivo da cena: «In the Virgilian narrative, in addition to the immediate fight between Trojan and Italian, four types of allusion may be detected: to Gigantomachy, to the Homeric duel between Achilles and Hector, to the fight of Roman against Gaul, and to the gladiatorial spectacle. In certain important respects these four work in opposite directions, and this tension is, I believe, largely responsible for the feelings of perplexity that the scene often evokes».

²⁴ Di Cesare 1974: 118-119. Horsfall, 1995: 148, observa que «(...) the Parade contains figures good, bad and ambiguous. Some are already subject to their vices (*iam*, 816) or bear the instruments of their future cruelty and this is theologically consistent and comprehensible – liable even now to the weaknesses of human existence».

²⁵ Vide Teixeira 2012: 28 e segs.

pode ser entendido como marca de uma violência que, na realidade, não se vê comprometida com a preservação dos equitativos existenciais entre os indivíduos e, por extensão, entre os povos, ou que é incapaz de se realizar sem os extinguir. Mas, por outro lado, a verdade é que a morte de Turno – como bem o prova o debate que subsiste vinte séculos depois relativo ao seu significado – não oblitera radicalmente a ideia, sustentada ao longo da narrativa, de que na *Eneida* o tempo da *Pax Romana* é, de facto, equacionado como um tempo de (re)criação, cujos fundamentos apontam para uma nova etapa qualitativa do processo histórico. Por estas razões, o impasse que resulta da leitura global da obra, que tanto poder ser lido à luz do compromisso ou da rejeição em relação ao projeto imperial, traduz mais, no nosso entender, as contradições e ansiedades típicas das épocas de transição, marcadas pela oscilação entre a dependência relativamente ao que está instituído e a confiança relativamente ao que se pretende instituir. Uma oscilação à qual a hesitação²⁶ de Eneias em dar morte ao inimigo dá corpo e consistência. E, neste sentido, também a decisão de dar morte a Turno não deixa de dar corpo à derradeira incerteza que, em tempos de transição paradigmática, ocorre perante o potencial (ainda) indeterminado do novo mundo a nascer e que se traduz em saber se esse mundo novo a nascer vai representar a realização do excedente utópico que lhe deu vida ou se, pelo contrário, se esse novo mundo vai apenas reforçar o sentido da História previamente estabelecida e instituída.

Bibliografia

- Alexander, W. H. (1945), “War in the “Aeneid””, *The Classical Journal* 40: 261-27.
- Cairns, F. (1989), *Virgil's Augustan epic*. Cambridge: University Press.
- Castoriadis, C. (1987), *The Imaginary Institution of Society* (Trans. by Kathleen Blarney). Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Castoriadis, C. (2015), “The Imaginary as Such” (Translated by Johann P. Arnason), *Social Imaginaries* 1: 59-69.
- Dench, E. (2005), *Romulus' asylum: Roman identities from the age of Alexander to the age of Hadrian*. Oxford: University Press.

²⁶ *En.* 938-941: *Stetit acer in armis / Aeneas uoluens oculos dextramque repressit; / et iam iamque magis cunctantem flectere sermo / coeperat, (...)* («Deteve-se Eneias, feroz na sua armadura, os olhos turbados, e susteve a sua destra; já hesitava cada vez mais, e as palavras de Turno começavam a demovê-lo (...)).»

- Di Cesare, M. A. (1974), *The Altar and the City: A Reading of Vergil's Aeneid*. New York: Columbia University Press.
- Galinsky, K. (1988), "The anger of Aeneas", *The American Journal of Philology* 109: 321-348.
- Galinsky, K. (1998), *Augustan culture: an interpretive introduction*. Princeton: University Press.
- Hardie, P. R. (1986), *Virgil's Aeneid: cosmos and imperium*. Oxford: Clarendon Press.
- Hingley, R. (2005), *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. London: Routledge.
- Horsfall, N. (1995), "Aeneid" in N. Horsfall (ed.), *A Companion to the Study of Virgil*. Leiden – New York – Köln: Brill, 101-216.
- Laurence, R., Berry, J. (eds.). (1998), *Cultural identity in the Roman Empire*. London: Routledge.
- Medeiros, W. S. (1992), "A outra face de Eneias", in *A Eneida em contraluz*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, 7-22.
- Norden, E. (1999), "Virgil's Aeneid in the Light of Its Own Time", in P. Hardie (ed.), *Virgil: Critical Assessments of Classical Authors*. London-New York: Routledge, 114-172.
- O'Hara, J. J. (1990), *Death and the optimistic prophecy in Vergil's Aeneid*. Princeton: University Press.
- Perret, J. (1977-1980), *Virgile. Énéide*. Paris: Les Belles Lettres.
- Putnam, M. C. (1981), "'Pius' Aeneas and the Metamorphosis of Lausus", *Arethusa* 14: 139-156.
- Putnam, M. C. (1995), *Virgil's Aeneid: interpretation and influence*. Chapel Hill – London: Univ of North Carolina Press.
- Rodrigues, N. S. (2005), *Mitos e Lendas. Roma Antiga*. Lisboa: Livros e Livros.
- Rogerson, A. (2017), *Virgil's Ascanius: Imagining the Future in the Aeneid*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schmidt, E. A. (2001), "The Meaning of Vergil's 'Aeneid': American and German Approaches", *The Classical World* 94: 145-171.
- Teixeira, C. (2012), "O poeta e a cidade: Virgílio", in Cristina Pimentel, José Luís Brandão, Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano*. Coimbra: Classica Digitalia, 7-35.
- Toll, K. (1997), "Making Roman-ness and the 'Aeneid'", *Classical Antiquity* 16: 34-56.
- Wallace-Hadrill, A. (2008), *Rome's cultural revolution*. Cambridge: University Press.